

## Mediações entre economia política, políticas públicas e reivindicações populares. Um perfil metodológico

LUIZ GIANI\*

**Resumo:** As mediações entre a economia política e as políticas públicas, na atual conjuntura nacional, estão na pauta da crítica econômica, na imprensa diária. As análises e opiniões, no columnismo econômico, afetam e são afetadas pelas incertezas do mercado, a política econômica do governo federal e as manifestações populares, especialmente, as “jornadas de junho” de 2013-2014. Neste período, um único jornal diário é uma fonte valiosa, suficiente para a captura e trato de um objeto denso e complexo que motiva a série de ensaios aqui iniciada. Este primeiro ensaio está voltado para questões metodológicas, cujos fundamentos são tributados à sociologia, especialmente, as contribuições da Teoria Crítica da Sociedade, sob a “dialética negativa” que, como um guia, deve trazer luzes, na seqüência dos ensaios. Trata-se de um exercício de crítica da crítica, com o objetivo de verificar se as matérias veiculadas pela imprensa cedem espaço às reflexões sobre a alocação de recursos que impossibilita ao orçamento e políticas públicas a eficiência necessária ao atendimento das necessidades básicas das classes trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Conjuntura; Jornalismo econômico; Crítica da crítica; Teoria Crítica; Emancipação.

**ECONOMIC IMPACTS ON PUBLIC POLICY. Among "jornadas de junho" of 2013-2014. Mediations between political economy, public policy and popular demands. A methodological profile**

**Abstract:** Mediations between political economy and public policy, in the current national situation, are on the agenda of economic criticism in the daily press. The analyzes and opinions in the economic columnism, affect and are affected by the market uncertainties, the economic policy of the federal government and popular manifestations, especially the "jornadas de junho" of 2013-2014. In this period, a single daily newspaper is a valuable source sufficient to capture and treat a dense and complex object that motivates the series of trials initiated here. This first essay is geared to methodological issues, whose foundations are taxed to sociology, especially the contributions of the Critical Theory of Society, under the "negative dialectic" that as a guide, should bring lights following the tests. This is an exercise in critique of critical, aiming to verify whether the press reports give way to reflections on the allocation of resources which prevents the budget and public policies needed to meet the basic needs of the working class efficiency.

**Key words:** Conjuncture; Economic journalism; Critique of critical; Critical Theory; Emancipation.



\* **LUIZ GIANI**, Mestre em Sociologia (Unicamp), Doutor em História (Unesp) e Pianista (UFRJ), é professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais (UEM).

*A análise feita por Tocqueville há cem anos foi plenamente confirmada. Sob o monopólio privado da cultura sucede de fato que "a tirania deixa livre o corpo e investe diretamente sobre a alma"* (Adorno /Horkheimer. O Iluminismo como mistificação das massas, 1947)

É comum se ouvir alguém dirigindo loas ao capitalismo, pelo simples motivo de que o sistema traz progresso e cria empregos e, por isso, deve merecer a compreensão e admiração de todos. Para se contrapor uma dialética negativa a esse e outros tipos de pensamento, é necessário que se negue a sociedade como um todo, em todas as dimensões de sua subordinação ao império da mercadoria. Assim, o que é concebido pelo senso comum como algo bom e natural pode ser desvelado, desocultado, pela exposição de sua face destrutiva, de barbárie.

A tese do crescimento econômico como condição prévia da eliminação da miséria é um dos troncos mais fortes da visão iluminista do progresso. Esta visão, de amplo espectro, atravessa e impera, tanto na ciência quanto no senso comum. O pensamento econômico neoliberal defende a teoria de que a liberdade do mercado e os "ajustes" da economia possam promover maior desenvolvimento e bem-estar para todos. Um de seus paradigmas é o pressuposto de que é preciso, primeiro, poupar, cortar gastos públicos, investir e crescer, e, só depois, repartir. Entre os marxistas há, também, uma corrente tradicional com viés iluminista, na crença de que o desenvolvimento das forças produtivas são uma condição determinante da geração de riqueza que, após um período histórico de acumulação da "mais valia", superação da escassez, culminará, à semelhança das leis naturais, em um novo estágio, de

socialismo não da pobreza mas, sim, da abundância. Uma alternativa marxista mais cuidadosa ponderou que o



Saturno devorando seus filhos (Goya).

crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, ressalvando que o caminho clássico e ortodoxo do projeto revolucionário não é mais sustentável, na forma iluminista em que foi gerado, seja no estilo burguês-revolucionário (Revolução Francesa), seja no novo sentido, de

orientação “proletária”, bolchevique-soviética, chinesa ou do leste europeu.

Após a derrocada do socialismo real e sua crença na inevitabilidade histórica do socialismo, a dialética da resistência e avanço das conquistas do trabalho continua seu curso histórico, sob os limites da democracia burguesa. Que mediações se estabelecem, entre o trabalho e o capital, na cena democrática, quando se confrontam os agentes da economia de mercado e as políticas públicas, especialmente, as políticas sociais em saúde, educação, habitação, segurança, mobilidade urbana e cultura, entre outras?

Percorrendo as análises e opiniões dos “*experts*” da economia política, tal como expressas no colonismo econômico, voltadas para a atual conjuntura nacional, percebe-se quão pouca importância se dá às condições e sofrimentos das classes-que-vivem-do-trabalho e aos antagonismos entre o trabalho e o capital que geram os entraves à realização humana “omnilateral”. Delimitar o objeto deste estudo ao período de um ano, entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, é escolher uma conjuntura de curta duração, mas muito significativa, pela experiência que ela proporciona, ao colocar desafios sobre as possibilidades de preservação e desenvolvimento de políticas públicas e programas sociais e seus respectivos gastos públicos, no dramático interregno entre um tempo de prosperidade e um tempo de desaceleração do crescimento econômico.

Em sua condição de ofício, o sociólogo pode valer-se do jogo de análises e opiniões econômicas veiculadas pela imprensa, para levar avante um projeto de crítica da crítica. Percorrendo as páginas de um único jornal diário e capturando fontes valiosas, com

material denso e variado, entramos no universo constituído de um conjunto caótico de análises e opiniões, em cadernos de “Mercado”, seções de “Opinião” e “Poder”, entre outras, além de reportagens e entrevistas. Tais fontes representam uma importante expressão do movimento do pensamento em economia política - área de estudo da alocação de recursos - em que olhares dos “*experts*” voltam-se para as práticas, interesses e ideologias e, não raro, tomam partido, em níveis que oscilam entre a impessoalidade e a linguagem depreciativa, sendo esta uma prática dominante em grande parte dos comentários apostos às matérias de jornal pelos leitores *on line*.

Externa ao pensamento, se assim se pode dizer, caminha a economia de mercado, a heteronomia imposta por “leis” que a intencionalidade humana, a política, (ainda) não consegue eliminar, nem controlar. Há núcleos da realidade que independem da vontade humana (dos oprimidos), são como pedras. Persiste a voragem do histórico “espírito animal” burguês, um leviatã, com seus ciclos, “bolhas” e todas as formas cotidianas de exploração da força de trabalho, gerando miséria e pobreza que, se não são do corpo, são do espírito. As misérias do corpo não atingem as classes privilegiadas do capital patrimonial e rentista. São destinadas tanto aos “excluídos”, formando um contingente crescente de desterrados, sem qualquer lugar na divisão do trabalho social, quanto aos “incluídos”, uma condição que não passa de “inclusão degradante”. Entre os propulsores das misérias do corpo e do espírito, que atravessam todas as classes sociais, está o dito “espírito animal” do mercado, que não é espírito, não tem aquela existência desencarnada que vem perturbar os mortais, já que seus interesses tem origem na atividade

bem material, seja a produção de mercadorias, seja a cobiçada e rendosa movimentação improdutiva, especulativa, do capital patrimonial e rentista.

O curso real da economia e o curso do pensamento dos “*experts*” formam um quadro complexo, do qual são extraídos os elementos fundamentais para o entendimento de como se transcorre a mediação entre a economia e as políticas públicas e entre estas e as reivindicações populares. Como a economia real é contraditória, incerta, instável, o pensamento econômico é limitado pelas contradições e incertezas da vida real. Por sua vez, as mediações entre a estrutura produtiva e as políticas públicas e programas sociais contêm, igualmente, um grau de incerteza e instabilidade que o pensamento do observador vai detectando, à medida que o curso da pesquisa vai perseguindo a hipótese de que a estrutura produtiva brasileira, sob o capitalismo tardio, impossibilita a eficácia das políticas públicas voltadas para os trabalhadores com salários baixos e precários, desempregados ou definitivamente expulsos do trabalho.

Enfrentando a dificuldade da tarefa, limitamos o universo das análises e opiniões aos escritos veiculados em um único diário, a Folha de São Paulo (que vamos designar, simplesmente, por “Folha”), no período entre as “jornadas de junho” de 2013-2014. A importância de tais “jornadas” é valiosa, principalmente, pela sua contribuição à possível ruptura de um longo período que vem sendo chamado de desmanche, dismantelamento, da política e de desmobilização dos movimentos sociais. Assim, pode-se exercitar a crítica de um pequeno universo do pensamento político-econômico, apreciando as análises e opiniões de

terceiros, “*experts*” em economia, em torno das relações entre os impactos econômicos, as políticas públicas e as “reivindicações das ruas”. Estas foram a marca das “jornadas de junho”, em ações menos ou mais organizadas, de variados segmentos sociais, entre o pacifismo e as máscaras da dita “depredação do patrimônio” público e privado pelos “*black blocs*”. Quando as análises e opiniões expressam terror e guerra ao dito “vandalismo”, coloca-se em pauta o vandalismo dos pobres e de filhos rebeldes de categorias sociais acima da pobreza, porém, quase não se toca no vandalismo do capital. Terminado o período entre as duas “jornadas”, somos surpreendidos pelo país vizinho, Argentina, à beira do calote, que não poupa palavras para nominar os “fundos abutres”, vândalos que se nutrem da compra de dívidas públicas, especialmente, nos momentos de miséria alheia. É um bom mote para o debate sobre as formas do gangsterismo financeiro.

Na tentativa de formular uma crítica da crítica, escolhemos a Teoria Crítica da Sociedade como fonte maior, não exclusiva, de contribuições para o entendimento das relações sociais antagônicas que estão na base das mediações entre a economia de mercado e as políticas públicas voltadas para as necessidades dos trabalhadores. Enquanto os analistas discutem se o “ajuste” da economia é ou não é a questão central, há uma questão prévia, que coloca sob crítica a sociedade toda, seja na desaceleração do crescimento e recessão, seja na prosperidade. A questão prévia está na pergunta: qual a lógica da sociedade de economia de mercado? A Teoria Crítica elabora a dialética negativa, no sentido de negar a totalidade da sociedade fundada na economia de mercado. Também conhecida por Escola de Frankfurt, um

de seus esteios teóricos é a tese de que a sociedade de regime democrático, com elevados níveis de qualidade de vida, afilante, tecnológica, avançada, não é uma democracia impermeabilizada contra seu conteúdo real, qual seja, o regime de dominação do capitalismo tardio. Nos anos 60, a Teoria Crítica manifestou sua tomada de posição em defesa do movimento estudantil, acreditando que ele pudesse atuar eficazmente, sobretudo nos Estados Unidos, França e América Latina. Nos Estados Unidos, mesmo não sendo revolucionário, o movimento estudantil foi, até então, como disse Marcuse em sua última carta (1969) a Adorno (que veio a falecer, em seguida), o “mais forte e talvez o único catalisador para a decadência interna do sistema de dominação” e “atuou de fato eficazmente como um catalisador desse tipo no desenvolvimento da consciência política...”. A tomada de posição da Teoria Crítica estendia-se contra o capitalismo e seus cúmplices, contra o imperialismo, pela libertação do Vietnã, pela luta contra a escravidão na América do Sul, Biafra e guetos americanos.

A sociedade de dominação global é a mesma democracia que impele para um regime de força, que também pratica, paga e arma as forças de dominação nacional e mundial. Essa dinâmica inerente à democracia capitalista é totalizadora, total(itária), exerce um domínio material e espiritual que elimina quaisquer possibilidades de crítica e resistência radical, em outros termos, elimina as possibilidades de autonomia humana, impede a libertação. Contra a autonomia, prevalece a heteronomia, a norma que vem de fora. Se tal tese pode não ser, totalmente, correta, há, no entanto, uma hipótese de que seja no mínimo, parcialmente, válida. O domínio da mercadoria é o

alvo fundamental sempre explicitado ou subjacente à Teoria Crítica, no percurso de seus estudos críticos, desde as questões da “repressão desnecessária” e o “homem unidimensional” (Marcuse), até os estudos da “indústria cultural”, “dialética negativa” e “teoria estética” (Adorno). Desses estudos extraímos ferramentas de trabalho para o entendimento das mediações entre crescimento econômico e as políticas públicas/programas sociais, nas formas em que aparecem nas análises e opiniões veiculadas pelo jornalismo econômico.

A Teoria Crítica, desde as décadas de 1920/1930, colocara em questão o resgate da positividade que uma esperada “negação da negação” deveria consumir. Esta segunda negação, tal como pretendia o regime soviético, não conduziria à autonomia e emancipação humana. Marx já havia exemplificado que o modo coletivo das corporações de ofício, fundado na propriedade privada do artesão sobre suas ferramentas, desintegrou-se, pela expropriação (primeira negação) dos proprietários individuais, agora, reunidos em um só local e sob um só patrão. Esta foi a gênese do industrial burguês, saudada por Marx pela capacidade revolucionária do emergente modo de produção capitalista de superar o modo de produção feudal. Sem o novo modo, a humanidade estaria condenada à baixa produtividade, grilhões da fome e um Estado teológico-feudal. A negação da propriedade do trabalhador sobre sua própria ferramenta e produção poderia ser, também, negada (segunda negação ou negação da negação), no curso da história, e, assim, resgatado o elemento positivo em todo o seu esplendor, em uma sociedade da abundância, com máquinas e tecnologias substitutivas do suor humano e sob a égide da propriedade do capital pelos próprios

trabalhadores e não mais sob a lógica da força de trabalho-mercadoria. Quando o socialismo real, de natureza bolchevique, levantou a bandeira do referido resgate do elemento histórico positivo (o trabalho como senhor da produção), a Teoria Crítica não reconheceu como a experiência soviética poderia conduzir à eliminação da dominação. A primeira geração da Teoria Crítica não parou por aí, uma vez que seus alvos principais vão do capitalismo tardio ao fascismo e a democracia.

Se a lógica da mercadoria impera nos regimes democráticos, estes têm a tarefa de colocar um véu sobre a ausência real de liberdade e autonomia que, assim, escondem-se sob a máscara da liberdade formal da economia de mercado e seus agentes. Enfim, nas condições históricas do socialismo real e das democracias, não sendo possível a transformação qualitativa radical da sociedade, resta, basicamente, o caminho das conquistas sociais nos limites da democracia, sob pressão de uma conjunção de forças, incluindo a força organizada dos trabalhadores, as débeis políticas de controle do capital, o reformismo e, com menor peso, as forças rebeldes radicais que as democracias tentam e conseguem inibir. Trata-se de entender que a democracia é um caminho e não um fim, uma vez que ela oculta a face principal do antagonismo entre o trabalho e o capital. Limitada à forma constitucional de garantia dos direitos humanos, a democracia não garante a ninguém a capacidade individual de exercer esses direitos que, por sua vez, legitimam a pior das liberdades: a liberdade do capital e seu “direito” constitucional à expropriação do trabalho. Frente a essa liberdade que confere direitos reais de potestade ao capital, em um longo percurso histórico, a liberdade do trabalhador é uma força

nanica, com passos para frente e passos para trás, em suas jornadas contraditórias em direção a uma efetiva emancipação humana. A Teoria Crítica não nega o potencial da luta dos trabalhadores, na democracia. Ao contrário, ela enfatiza a necessidade de ativar os mecanismos da mente, a consciência crítica, de desocultação, na luta contra o regime de força que a democracia capitalista tende a manter, impelir e ocultar. Mascaradamente ou sem o véu, em tal regime, a síndrome do fingimento nem sempre é capaz de ocultar toda a dimensão da barbárie e sua relação com o motor propulsor, o capital.

Na série de ensaios aqui iniciada, aparecerão resultados críticos sobre a precária condição da classe-dos-que-vivem-do-trabalho, uma vez que na raiz dos problemas existenciais dos trabalhadores reside o império do capital que as políticas públicas não conseguem, efetivamente, romper. Na estrutura de classes sociais e divisão social do trabalho, a política se submete, submerge, a reboque da esfera econômica. No processo de subjugação da política pela economia, o controle do movimento do capital pelo estado democrático não consegue alocar e equalizar, em níveis de autonomia e emancipação, a riqueza destinada a implementar os serviços públicos voltados para as necessidades básicas dos trabalhadores. Pelo levantamento e interpretação da crítica da economia política, tal como essa crítica percorre as páginas do colonismo econômico do diário “Folha”, concluímos que a literatura jornalística tem cedido pouco espaço para as reflexões críticas sobre as mediações entre os impactos econômicos e os serviços públicos, em especial, os programas sociais, de que se valem os trabalhadores como condição de sua existência.

No exame de opiniões econômicas e sociais, observamos que uma velha história de herança iluminista se repete: a admiração pela inovação tecnológica, o progresso, o crescimento econômico, sem maiores preocupações com os antagonismos entre as classes sociais, tema que merecia importância primordial por parte de um expoente da economia política inglesa clássica, David Ricardo (1772-1823). Mas, Ricardo não presenciou a história avançada das “luzes” do período de consolidação do capitalismo, não mais revolucionário, período de progresso, de revolução industrial, em níveis até então nunca vistos de exploração do trabalho “livre”, contrariando os sonhos de harmonia social em que Ricardo e Smith apostavam, confiantes no estado de liberdade das forças produtivas. Os sonhos desfeitos estão bem retratados na literatura realista e naturalista, em suas narrativas sobre a paixão cega da burguesia pela máquina, pela lógica da exploração do trabalho e pelo dinheiro, alavancas dos lucros e acumulação de riqueza expropriada. O proprietário das minas de carvão, personagem de “Germinal” (Balzac), perante seus famélicos trabalhadores em greve, argumentava que “as máquinas também estão sofrendo”. Entre o socorro ao sofrimento das máquinas (sangue morto) e o socorro ao sofrimento dos trabalhadores (sangue vivo), é predominante, ontem e hoje, quando não exclusivo, o socorro e salvação das máquinas e do capital financeiro. Os luditas, operários ingleses em rebelião, protestavam através da destruição das máquinas industriais que julgavam ser responsáveis pelo desemprego. O poeta da modernidade, Baudelaire, assistia ao sobressalto de todas as esferas da dimensão humana, inclusive a poesia, pela mercadoria e não hesitou em declarar que se sentia como “prostituta”,

por ter que dar preço aos seus poemas e mercantilizá-los. A subordinação do pensamento à tecnologia e ao mundo do dinheiro é uma expressão da prostituição universal do corpo e do espírito pelo domínio da mercadoria, cujos momentos decisivos de sua expansão o pensamento baudelairiano presenciou. Um século depois, o preferencial socorro às máquinas (e aos bancos) não tem ouvidos para o que Chaplin dizia: os homens precisam de menos máquinas e mais humanidade. Lá se vai mais um século, e o curso do progresso continua atrelado à barbárie, um processo dialético que gera seu contrário, a luta contra a barbárie, luta que reúne forças as mais variadas, entre elas, a Teoria Crítica.



A dialética da autonomia humana reside na unidade dos opostos – mercado e autonomia – e, portanto, faz crescer a capacidade de pensar criticamente, sob os grilhões da mercadoria. Adorno e Horkheimer afirmam que o exemplo mais grandioso dessa unidade dos opostos foi oferecido por Beethoven, que não se fez vítima da ideologia, mesmo tendo que usufruir da venda dos seus quartetos. A crítica da ocultação faz ver que o pensador ou artista é uma presa da ideologia, quando oculta a contradição, em vez de acolhê-la, como Beethoven, na consciência da sua própria produção. Tal crítica aplica-se ao pensamento em geral, incluindo as áreas em questão, da economia política às políticas públicas e a sociologia, entre outras.

Nas análises e opiniões veiculadas pelo jornal, entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, é muito pequena a vertente do pensamento que expressa preocupação e sensibilidade para desvelar o antagonismo entre trabalho e capital. Pouco se fala da necessidade de controlar o capital, o “espírito animal” do mercado, como estratégia de defesa da economia do trabalho, da geração de recursos destinados às políticas públicas e serviços básicos às classes trabalhadoras. O interesse maior e central de uma economia apologética está na execução sumária de corte nos gastos públicos, mesmo sabendo-se que os gastos são vitais para a saúde e a educação, entre outros setores.

Historicamente, há conjunturas em que a distribuição da renda adquire maior enlevo, em estratégias de política econômica, nas democracias. Porém, esses momentos parecem reforçar a tese do crescimento, *a priori*, do bolo da riqueza, para que esta seja destinada a uma posterior e farta distribuição. Até que ponto a tese do crescimento economicista e suas promessas de distribuição futura são científicas? Ou será ideológica, no sentido da inversão que, segundo o método da Teoria Crítica, oculta o crescimento como ausência de crescimento e distribuição como ausência de distribuição? Expurgada da economia política a teoria da acumulação que Smith e Ricardo não ignoravam, a atual tendência dominante dá continuidade à “economia vulgar”, pós Smith/Ricardo, no sentido de integrar as classes sociais. Os trabalhadores são envolvidos pelas promessas de felicidade que, realmente, são cumpridas para parcelas cada vez maiores da população, nas democracias de sociedades tecnológicas avançadas. Liberta-se, formalmente, o corpo, mas aprisionam-se as mentes. É a

heteronomia, perda da autonomia, da capacidade de raciocinar criticamente.

Entre as “jornadas de junho” de 2013-2014, os debates econômicos, no colonismo da imprensa, transitam por três corpos teóricos que, não sendo os únicos, são, certamente, os principais: neoliberais, keynesianos e marxistas. Já no final do período, observa-se uma aproximação entre opiniões, quando se trata de reconhecer a necessidade de um “ajuste” da economia. Os debates expressam essa tendência. Em julho de 2014, o governo reconhece ter cometido erros de política econômica, para surpresa dos “*experts*” e empresariado que não poupavam críticas e acusações cujo teor, com certa frequência, deixava transparecer desmesurada agressividade, interesse e ideologia. Assim, se nos enveredamos pelo caminho dessa tendência consensual, chegamos a uma ética que parece aproximar “direita” e “esquerda”, sob a fé no paradigma neoliberal de que não dá mais para levar avante uma política de gastos públicos e de transferência de renda, em tempo de baixo crescimento econômico e desaceleração, sem que seja retomado o caminho clássico do “ajuste”. Tal fé, geralmente, não economiza “medidas impopulares”, e encontra respaldo na justificativa do aperto dos cintos para todos. Sabe-se que a voracidade do mercado, sempre prevalecente, devora a todos, nas relações de capital que devora trabalho e capital que devora capital, e, em tempos duros, faz aumentar a escala de expropriação e acumulação, com mais perdas para os trabalhadores.

Na atual conjuntura nacional, entre as duas “jornadas”, a política distributivista deparou-se com a acentuada desaceleração do crescimento, no primeiro semestre de 2014. O setor com maior índice de

queda da produção é o industrial, especialmente, o automobilístico. A tendência a um relativo consenso entre governo, empresários e a crítica especializada, adquire corpo, nos primeiros dias de julho de 2014. Parece um reconhecimento da impossibilidade do crescimento fora de um determinado padrão, qual seja, o do regime e armadilha em que está preso: a economia de mercado e o domínio do capital, especialmente, o financeiro. O “ajuste” exige uma revisão da política, da gestão do “tripé”, da movimentação do capital e da distribuição da renda. Em qualquer situação, o distributivismo corre o risco de ser, temporariamente, interrompido ou minimizado, cedendo espaço ao sacrifício, poupança, “medidas impopulares”, que servirão para realimentar o investimento, em uma nova rodada de progresso e prosperidade. Há opções por propostas de “ajuste” que impliquem em menores sacrifícios para os trabalhadores, declarando-se guerra ao “ajuste” ortodoxo, de modo que as medidas distributivistas tenham continuidade, priorizando a defesa dos salários e os gastos públicos destinados aos serviços básicos e programas sociais para os trabalhadores. Os trabalhadores não seriam tão atingidos pelos apertos e o capital assumiria uma parcela significativa dos sacrifícios gerais exigidos de toda a sociedade. No entanto, parece duvidosa esta suposta elasticidade do capital em propiciar o bem coletivo. É o que se pode concluir dos atuais estudos do pesquisador francês Thomas Piketty, professor na Escola de Economia de Paris, sobre a acumulação crescente do capital patrimonialista e rentista, em nível mundial. Ele conclui que a parcela maior do capital, na renda nacional, está elevando diretamente a desigualdade social.

O período entre as “jornadas de junho” foi marcado por um grande impacto nos estudos de economia política, quando Piketty, mesmo afirmando sua simpatia pelo capitalismo, colocou a nu o ressurgimento do império do capital patrimonialista e rentista. A história havia deixado no passado relativamente distante, anterior à primeira guerra mundial, o surto de um grande império patrimonial e rentista. Piketty e sua equipe, frente aos “supersalários” e rendas estratosféricas do capital patrimonial e rentista, foram além do paradigma dos “10% mais ricos” e rastrearam cerca de dois séculos de tributação e verificaram como são poupadas as rendas e patrimônio da classe do “1% mais rico”, nos Estados Unidos e países europeus. A proposta de Piketty e sua equipe - descobridores do atual *poseidon* da riqueza mundial expropriada - é a tributação mundial do “1% mais rico”.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a imposição de controles e tributos sobre o capital possibilitara a edificação do Estado americano de Bem-Estar. Porém, a partir dos anos 70, uma “vingança do rentismo” minou o Estado de Bem-Estar.

As bases do bem-estar coletivo, em uma nova rodada da história, com a reengenharia (reestruturação flexível), a partir dos anos 80, foram dilaceradas. O capital retira-se de cena, quando se trata de financiar o bem-estar coletivo e responsabiliza o indivíduo pelo seu próprio destino, seja na riqueza, seja na pobreza. Quem financia as políticas públicas e programas sociais é, principalmente, a tributação sobre os salários dos trabalhadores e impostos embutidos nas mercadorias que compram. O impacto da tributação sobre os mais ricos diminui, na medida em que sobem os “supersalários” (falsos

salários) e se agiganta o capital. É o vandalismo do capital, razão direta da precariedade das políticas e programas sociais que o orçamento da União tenta minimizar, longe de solucionar.

Escolher paradigmas da Teoria Crítica para uma negação da totalidade social, isto significa que, em quaisquer conjunturas, seja a atual - que os analistas entendem por estagflação (estagnação econômica e inflação elevada) - seja a de prosperidade, os possíveis ganhos das lutas e movimentos sociais esbarram nos limites permitidos pela atual coalização de interesses entre trabalho e capital. No estado atual, não há forças sociais suficientes para dar sustentação ao enfrentamento do capital. As alternativas atuais expressam tendências que, nas novas proposições de política econômica e social, refletem interesses de grupos de pressão dominantes, como se pode observar nas reações aos programas dos candidatos presidenciais às eleições de outubro: a opção pelo “ajuste” clássico é uma atitude do pensamento econômico e uma exigência de setores dominantes; a opção por uma saída alternativa, contra o “ajuste” clássico, é, igualmente, uma atitude do pensamento e uma exigência de setores sensíveis às causas dos trabalhadores (a maioria dos trabalhadores não sabe o que é o “ajuste”, mas repudia o sofrimento que lhes é imposto pelas “medidas impopulares” do “ajuste”). Esta segunda opção, se legitimada pelas urnas eleitorais, abre espaço para as devidas intervenções públicas através de políticas de controle do “espírito animal” do mercado. Distante das duas opções, a posição de negação total da sociedade é uma atitude radical do pensamento que não tem respaldo nas práticas sociais. A dialética negativa está reprimida, reclusa em nichos muito

restritos do pensamento crítico e não formula teses úteis ao imediatismo pragmático. Na “Folha”, o columnismo econômico expressa uma hegemonia da primeira opção, o “ajuste”, sendo menos corrente a opção contra o “ajuste” ortodoxo, e ausente, a opção pela crítica radical da economia política. Se, na realidade, impera a lógica da mercadoria, as políticas públicas que possam cumprir as melhores promessas de bem-estar aos trabalhadores serão, sempre, cenas de um teatro de “inclusão degradante” e “servidão voluntária” do trabalhador “colaborador”, o mais recente título que a atual nomenclatura da empresa confere ao trabalhador expropriado.

Em dado momento histórico, as possibilidades de ampliação do pensamento crítico foram represadas, totalmente, pelo fascismo, e, em ritmo crescente, pela democracia. Quando a Teoria Crítica direcionou-se contra os três alvos: fascismo, democracia e bolchevismo, lá se foi também seu real potencial crítico, arrastado pela enxurrada, sob a sociedade industrial avançada, afluyente, que esvaziou a potencialidade da crítica radical. Na sociedade “unidimensional”, a crítica é devorada pelo seu próprio objeto. Se a administração total impede qualquer possibilidade de autonomia, esta realidade atinge a própria Teoria Crítica, que se vê esvaziada do potencial crítico que a nutriu, especialmente, nas décadas de 1920 a 1960. Contudo, se um estado de “fênix” ou “morte e ressurreição” do pensamento crítico é inerente a todo modo social de vida regulado por controle repressivo, persiste a validade da Teoria Crítica em seu projeto de desconstruir esse tipo de sociedade, com o objetivo de entender seu funcionamento, à semelhança de um ferramenteiro que desmonta toda a peça

para obter maior esclarecimento sobre sua estrutura e dinâmica. No mínimo, trata-se de ampliar o espaço da consciência crítica, sem a qual não é possível a transformação qualitativa. Esta preocupação epistemológica não perde sua importância, quando ameaçada pelo argumento de que a Teoria Crítica afasta-se da práxis. Quando o exercício do pensamento, em ciência, filosofia e arte, implica um afastamento relativo da práxis, é certo que o pensamento necessita de momentos para a elucidação, sem qualquer compromisso imediato com a práxis. Por sua vez, a teoria é, ela própria, em sua relativa autonomia, um dos modos da práxis. Trata-se de um modo que antecede e/ou corre, paralelamente, às ações efetivas da práxis e as ultrapassa, em momento de metacrítica. Neste sentido, a Teoria Crítica distingue-se, radicalmente, da economia política apologética, que se mostra interessada sobretudo em racionalizar e operacionalizar interesses imediatos, interesses da economia de mercado, sem reconhecer a existência do estranhamento nas relações de produção, qual seja, o antagonismo entre capital e trabalho. A apologia da economia de mercado não condiz com a imparcialidade científica, a ciência desinteressada, uma vez que a imparcialidade implica no reconhecimento da existência da estrutura de classes sociais que está na base da produção e trocas de mercadorias, em outros termos, no reconhecimento do antagonismo.

Outrora, Marx já dizia: não há revolução sem teoria revolucionária. Ele conseguiu, como ninguém, realizar o que ele mesmo disse de si, isto é, que nunca ninguém falou tanto sobre aquilo que tanto lhe falta: o dinheiro. Sua obra máxima, "O Capital", é a concretização do seu pensamento, uma construção

abstrata, sobre a experiência real na qual estava inserido e militava. Exemplo raro, na história dos homens, ele inaugurou e realizou o método de ir-e-vir, entre teoria e práxis revolucionária, como pensador social, economista, filósofo e ativista. Hoje, o vínculo entre o pensamento crítico e a intervenção social está tão desmantelado, que se tornou cada vez mais inoperante o ideal de mudança qualitativa radical, que estava na base do projeto burguês clássico, contra o estado teológico-feudal, na base da revolução nacional burguesa contra o imperialismo e na base da revolução "proletária" soviética, entre outras. Da mesma forma em que as circunstâncias históricas tornaram inoperantes as conquistas do socialismo real, pelo seu colapso e reversão, a supremacia do capital torna inoperante o "ajuste" da economia, paradigma estranho a um projeto de luta e emancipação dos trabalhadores, por mais que se ampliem os níveis de satisfação das classes trabalhadoras. Quaisquer "ajustes" são mecanismos de reforma e mais integração. Não há emancipação. As promessas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, passados os apertos, sacrifícios, carestias, exigidos pelas receitas de poupança, investimento e produtividade, elas arrastarão, em novos níveis de "qualidade de vida", grandes contingentes de trabalhadores satisfeitos com as "conquistas" e, com estas, arrastarão toda a sociedade para a integração e o conformismo. Crescimento, distributivismo, combate à desigualdade, são efetivados de modo a fortalecer o movimento do capital. Resta ao pensamento crítico, sem compromisso com quaisquer "ajustes" e reformas, negar a totalidade social e sua lógica totalizadora, a reprodução da dominação. Contraditoriamente, a Teoria Crítica não deixa de reconhecer

que o processo de emancipação se dá no interior dessas relações de antagonismo e não fora delas. Emancipação é um processo simultâneo de inserção e desligamento, aproximação e afastamento, acolhimento e crítica, tal como exemplificado pela arte de Beethoven.

O ofício de sociologia ou filosofia, aparentemente, isolado, é de natureza diversa do economista em sua atividade como consultor de empresa, comentarista da imprensa ou empresário. Não se trata de seguir uma trilha de “neutralidade”, sugerida pela sociologia positivista, contra a emissão de opiniões e sentimentos que, geralmente, acompanha a crítica econômica jornalística. O positivismo sempre priorizou o esforço do pensamento por construções “neutras”, para se alcançar uma racionalidade livre das paixões, racionalidade que confere status de “lei natural” à desigualdade social, à divisão de classes sociais. Sempre tendeu a naturalizar as relações sociais. Se neutralidade e naturalização do social, em teoria e prática, não combinam com a dialética, resta saber até que ponto a desconstrução da lógica da economia de mercado, de suas “leis naturais”, “físicas”, é um ato menos “positivista”, menos neutro, ou mais ideológico, ao seguir o pensamento “dialético”. Optamos pela dialética, quando levantamos a hipótese de que as classes sociais e o mercado não são naturais e que a interdependência e antagonismo entre trabalho e capital são construções históricas passíveis de mudança, quando se tem a perspectiva de colocar o capital sob o controle do trabalho e, como possibilidade histórica, dar um fim na estrutura de classes sociais tal como constituídas, hoje, sob o capitalismo tardio. As construções de divisão de classes sociais e capitalismo tardio, no curso da história, por mais

persistentes que sejam, certamente, não serão *ad eternum*. Tal tese nos conduz a uma hipótese crítica radical: qualquer “ajuste” de uma economia de mercado é um ato de barbárie, uma vez que, mantida a estrutura de classes sociais e economia de mercado, o trabalho continua selando sua própria condenação, na condição de fonte do valor expropriado para acumulação do capital, contra o atendimento das necessidades humanas do conjunto da sociedade. A lógica do “ajuste”, assim entendida, é o fortalecimento das estruturas hierárquicas, na hegemonia do capital sobre o trabalho e do econômico sobre o político.

Parece que este esforço do pensamento pela dialética negativa, de crítica à sociedade total, não chega a lugar nenhum, quando não vai além de formulações sobre o que há de errático e aporia na história social, material e espiritual. Para outras correntes do marxismo, a dialética negativa não é marxista, devido à sua desvinculação da práxis, entre outros desvios. No entanto, por conta das contribuições históricas da Teoria Crítica, há uma riqueza teórica inegável, que não pode ser desprezada, especialmente, a desconstrução do projeto fascista, bem como a desconstrução do projeto soviético e, também, o que é mais importante para os dias atuais, a desconstrução da própria democracia, no que esta tem de farsa, de ocultação das relações de classes sociais que estão subjacentes à produção de mercadorias. Por debaixo do pluripartidarismo e do direito constitucional de propriedade, esconde-se a repetição, a reprodução dos fundamentos econômicos que se sobrepõem à política, garantindo a ordem imposta pelo capital que a política não consegue ultrapassar.

A repetição, a reprodução da ordem econômica e social dominante encontra na “razão instrumental” um de seus principais mecanismos de propulsão do progresso e tecnologia, destrutividade e paralisia da mente. A determinação da política pela economia é vital e eficaz para a ampliação e acumulação do capital e, inversamente, quando a economia aparece sob o controle da política, trata-se, na verdade, de aparar as garras e voracidade destrutiva do capital, inclusive sua autodestruição, sem que se toque no regime de propriedade. Walter Benjamin já havia tratado, na década de 1930, da relação entre tecnologia e política, ao perceber que os avanços da tecnologia deixavam intacto o regime de propriedade, embora ele acreditasse que a reprodutibilidade técnica, como no cinema, pudesse contribuir para o esclarecimento da classe operária, na luta contra o capitalismo.

A Teoria Crítica não perde sua capacidade de propor dúvidas e negações, sem as quais o pensamento e a práxis não avançam. Mesmo quando submersa no distanciamento da práxis, isto não impede que as “aporias”, becos sem saída, por ela desvelados, mereçam a devida atenção por quantos reconheçam que tais “aporias” realmente existem, em pensamento e realidade, e desafiam as tentativas de solução dos antagonismos sociais. Assim, há um momento de dialética negativa, quando se reconhece a presença da aporia, tanto no processo de crescimento do bolo da riqueza para uma distribuição futura, uma farsa,

quanto no processo imediato de distribuição, transferência de renda e qualidade de vida, também uma farsa, enquanto crescimento e acumulação se equivalem, embora esta segunda via represente um relativo alívio imediato para as carências das classes trabalhadoras. É óbvio que, conquanto não se toque no regime de propriedade, a democracia burguesa deixa aparecer a face boa, enquanto a face repressiva permanece, em parte, explícita, e, em parte, latente, em *off*, aguardando o aviso de prontidão, ao sinal de qualquer ameaça à estabilidade da ordem constituída, sob a égide do capital. É um modo de política de “pão e pau”, que a democracia populista do tipo getuliano soube tão bem modelar.

É muito complexo e duvidoso o universo das análises e opiniões, em torno das mediações entre economia política e políticas públicas. A emergência das “jornadas de junho” de 2013-2014 tem sido um fermento que, com outros mais, vem provocando alterações na realidade e, conseqüentemente, no quadro dessas análises e opiniões. Nos próximos ensaios, a multiplicidade e controvérsias dos debates ficam por conta das mediações apontadas (ou não) pelas análises e opiniões veiculadas pelo colunismo econômico, com a ressalva de que o “não dito”, o “ocultado”, é um dos objetos relevantes da Teoria Crítica, em sua tarefa de desvelamento, desocultação.

Recebido em 2014-08-05  
Publicado em 2014-08-11